

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE CIENCIAS CONTÁBEIS**

JOSEFA ELIZÂNGELA DE JESUS SANTOS

**FOLHA DE PAGAMENTO – Um estudo de o impacto dos encargos sociais
sobre a folha de pagamento em uma empresa do seguimento de construção
civil no município de Nossa Senhora do Socorro - SE**

**Aracaju – SE
2013**

JOSEFA ELIZÂNGELA DE JESUS SANTOS

FOLHA DE PAGAMENTO – Um estudo de o impacto dos encargos sociais sobre a folha de pagamento em uma empresa do seguimento de construção civil no município de Nossa Senhora do Socorro - SE

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado à Faculdade Amadeus como requisito para aprovação final e obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:

Prof.^a Esp. Lucileide Rodrigues da Silva.

**Aracaju – SE
2012**

JOSEFA ELIZÂNGELA DE JESUS SANTOS

**Relatório de Estágio Supervisionado apresentado à Faculdade Amadeus como
requisito para aprovação final e obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

**Prof. Msc. Washington Oscar Guimarães Pinto
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis**

**Prof.^a Esp. Lucileide Rodrigues da Silva.
Orientadora do Curso de Ciências Contábeis**

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), 12 de junho de 2013.

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer a todos que de algum modo nos momentos serenos e apreensivos, fizeram parte da minha vida.

Agradeço aos meus pais Nelson e Rosângela pela determinação e luta na minha formação e dos meus irmãos fazendo amparar ensinamentos de meus avós.

Aos meus irmãos Edilane, Erlane e Vagner que por mais difíceis que fossem as circunstâncias sempre tiveram confiança em mim.

Ao meu sobrinho Henry Miguel por vir ao mundo em um momento extraordinário.

Ao meu esposo Roque pelo companheirismo, que sempre esteve do meu lado nos momentos engraçados, tristes e alegres da minha vida.

Agradeço aos meus colegas de classe que com certeza serão excelentes profissionais em especial a Belinha, Paulinha e Augusto pelo incentivo recebido.

A minha orientadora Lucileide Rodrigues por ter me dado subsídios para concluir este trabalho.

Ao coordenador do curso de Ciências Contábeis Washington por ter acreditado num sonho que agora é de todos.

Finalmente agradeço a Deus por me proporcionar o conhecimento a pessoas que tornaram minha vida mais afetuosa, além de ter me dado uma família maravilhosa e amigos sinceros. O Deus que a mim atribuiu alma e missões pelas quais já sabia que eu iria batalhar e vencer, agradecer é pouco.

Dedicatória

Dedico meu trabalho, incondicionalmente a Deus que sempre está presente em nossas vidas.

Aos meus avós paternos e maternos José Vicente (In Memoriam) e Josefa, José Firmo e Doralice, pela existência dos meus pais, pois sem eles este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

Aos meus Pais

Que me ensinaram a falar, a caminhar, a viver.

Ungiram-me com amor, me ajudaram a crescer.

Sanaram minhas dúvidas, me deram de comer.

Protegeram minha infância, seguraram minha mão.

Apontaram-me o melhor caminho, a melhor direção.

Que me mostraram que a felicidade está em compreender e cultivar as coisas mais simples da vida.

Epígrafe

“Existe apenas um bem, o saber, e apenas um mal, a ignorância. Sábio é aquele que conhece os limites da sua própria ignorância”

Socrates

SUMARIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE TABELAS

1 INTRODUÇÃO	10
2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	12
2.1 Historico da Empresa.....	12
2.2 Missão	12
2.3 Visão	12
3 ASPECTOS CONCEITUAIS	13
3.1 Conceito de Contabilidade	13
3.2 Objeto da Contabilidade	13
3.3 Principios Contabeis	13
3.4 Composição da Folha de Pagamento	15
3.4.1 Proventos	16
3.4.1.1 Salário	16
3.4.1.2 Salário Família	16
3.4.2 Descontos.....	17
3.4.2.1 Eventuais Faltas	16
3.4.2.2 Descanso Semanal Remunerado	17
3.4.3 Encargos	17
3.4.3.1 FGTS	17
3.4.3.2 INSS	17
3.5 Contribuição Sindical.....	18
3.5.1 Obrigatoriedade.....	18
3.5.2 Contribuição dos Empregados	19
3.5.3 Desconto	19
4 ATIVIDADE DO ESTAGIO E ANALISE DOS RESULTADOS	20
4.1 Atividade de Estágio e Analise dos Resultados	20
4.2 Levantamento de Dados	20
4.3 Realização dos Objetivos	21
4.3.1 Apresentar um Conceito de Empregador, Empregado e Remuneração.....	21
4.3.3 Diferenciar os Encargos Sociais das Verbas que fazem a integração da Folha de Pagamento	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	25

LISTA DE SIGLAS

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CS- Contribuição Sindical

DSR - Descanso Semanal Remunerado

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

INSS - Instituto Nacional Seguro Social

IRRF - Imposto de Renda Retido Na Fonte

RPS- Regulamento da Previdência Social

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 **Contribuição dos segurados empregados, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Janeiro de 2013.** **18**

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Demonstrativo da Folha de Pagamento	20
------------------	--	-----------

1. INTRODUÇÃO

As obrigações trabalhistas formam uma série de critérios a serem analisados pelos empregadores, para que assim possam contratar legalmente um empregado. Dentre elas encontram-se aquelas consideradas encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento.

Este relatório científico apresenta como problemática qual o impacto dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento da empresa Nobre Construção e Serviços Ltda EPP.

Contendo como objetivo geral constatar os impactos dos tributos sobre a folha de pagamento da empresa. Para alcançar o objetivo geral serão utilizados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar um conceito de empregador, empregado e remuneração;
- Caracterizar encargos sociais;
- Diferenciar os encargos sociais das verbas que fazem a integração da remuneração do empregado;

Tratando-se de um tema complexo, faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre os encargos incidentes sobre a folha de pagamento da empresa.

Para efeito de fiscalização trabalhista e previdenciária o holerite é um documento de emissão obrigatória. Por mais simples que seja este procedimento, há no mínimo quatro elementos relevantes que são: discriminação do nome do funcionário, cargo ou serviço prestado; valor bruto dos salários; valor da contribuição à previdência descontado dos salários e o valor líquido que será pago.

Deste caráter o presente trabalho releva-se a medida de mostrar o impacto que os encargos sociais estabelecem as empresas no ramo de construção civil.

A opção de utilizar este tema veio através da busca de maneira explícita pela ampliação do conhecimento no departamento de pessoal permitindo também o uso como fonte para outros usuários e estudantes da instituição.

No trabalho será realizada uma pesquisa através do método indutivo, natureza será de origem aplicada, o procedimento será um estudo de caso, usando abordagens quantitativas.

O estágio supervisionado ocorreu no dia 01 de Março de 2013 a 25 de Abril de 2013, terá duração de 80 hs sendo 2 hs diárias de segunda a sexta no escritório Paulo Filho Contabilidade localizada no centro da capital sergipana, tendo fim sob

orientação do contador Paulo Roberto Ezequiel de Mendonça Filho, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe sob o nº 006397.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Histórico

A Nobre Construções e Serviços Ltda EPP surgiu em 25 de Abril de 2008, está localizada no distrito industrial de Nossa Senhora do Socorro – SE, trabalha no ramo da construção civil e foi criada com finalidade de buscar sempre a satisfação do cliente.

2.2 Missão

Empreender produtos imobiliários de qualidade distinta e de ação duradoura, que superem as expectativas dos clientes. Buscando invariavelmente o aperfeiçoamento dos processos, tendo em vista o resultado da empresa, a excelência nos seus relacionamentos e o avanço da qualidade de vida nos grupos em que se insere.

2.3 Visão

Ser referência de atuação, durabilidade e credibilidade na construção civil com ações de qualidade e potencialidade de valorização, que oportunizem novos negócios, o desenvolvimento estruturado da empresa e a motivação do quadro de colaboradores.

3. ASPECTOS CONCEITUAIS

3.1 Conceito de Contabilidade

Segundo Marion (1998, p.24) A contabilidade: “É o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

Conforme Sá (2002, p.46), Contabilidade: “É a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

De acordo com Herman, (1972, p.58) Contabilidade:

É a ciência que estuda o patrimônio à disposição das aziendas, em seus aspectos estático e dinâmico e em suas variações, para enunciar, por meio de fórmulas racionalmente deduzidas, os efeitos da administração sobre a formação e a distribuição dos créditos.

A partir dos conceitos citados, pode-se dizer que a contabilidade tem como objeto o patrimônio das entidades e tem como função Transformar os atos de controle e avaliação do patrimônio, em informações para seus usuários.

3.2 Objeto da Contabilidade

Conforme FRANCO, (1997, p. 407): O Objeto da Contabilidade:

É o patrimônio e seu campo de aplicação das entidades econômico-administrativas, assim chamadas àquelas que para atingirem seu objetivo seja ele econômico ou social, utilizam bens patrimoniais e necessitam de um órgão administrativo que pratica os atos de natureza econômica e financeira necessária a seus fins.

3.3 Princípios Contábeis

Os Princípios Contábeis dão fundamento legal para destacar a necessidade de constituir uma estrutura Contábil a ser adotada pelas organizações.

Os Princípios Fundamentais da Contabilidade explanam as normas em que se convencionam toda a estrutura teórica para a escrituração e análise contábil.

Deste caráter faz-se imprescindível um enfoque breve para demonstrar de forma precisa como os Princípios devem ser usados pelo contador.

¹A Resolução CFC nº. 750/93, dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade, já com as atualizações dada na Resolução CFC nº. 1.282/10.

²Que na nova redação passou a ser denominado como Princípios de Contabilidade.

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para

¹ Fonte:cfc.org.br Acesso em: 23 de março de 2013 as 21:15hs.

² Fonte:cfc.org.br Acesso em 23 de março de 2013 as 21:15 hs.

liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

A Resolução 1.282/10 Revoga o Artigo 8º .

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Em resumo, os princípios apresentam-se como verdadeiros pilares, que dão sustento aos registros, demonstrações e às análises das alterações sofridas no patrimônio das entidades, devendo as entidades respeitarem sua observância.

3.4 Composição da Folha de Pagamento

A folha de pagamento é um documento que deve ser emitido no final do mês para todas as entidades que tem vínculo com empregados na qual deve constar nome, cargos e salário bruto.

3.4.1 Proventos

3.4.1.1 Salário

Conforme Nascimento (2001, p.325), interpreta salário como:

O conjunto de percepções econômicas pelo empregador ao empregado não só com contraprestação do trabalhador, mas também pelos períodos em que estiver disposição daquele aguardando ordens pelos descansos remunerados pelas interrupções de contrato de trabalho ou por força de lei.

3.4.1.2 Salário Família

³Benefício pago aos segurados empregados, exceto os domésticos, e aos trabalhadores avulsos com salário mensal de até R\$ 971,78, para auxiliar no sustento dos filhos de até 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade. Para a concessão do salário-família, a Previdência Social não exige tempo mínimo de contribuição.

De acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 15 de 10 de janeiro de 2013 o valor do salário –família será de R\$ 33,16, por filho de até 14 anos incompleto ou inválido para quem ganhar até R\$ 645,55.

Para o trabalhador que receber de R\$ 646,55 até R\$ 971,78, o valor do salário-família por filho de até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade será de R\$ 23,36. Quem tem direito ao benefício:O empregado e o trabalhador avulso que estejam em atividade;

O empregado e o trabalhador avulsos aposentados por invalidez, por idade ou em gozo de auxílio doença;

- O trabalhador rural (empregado rural ou trabalhador avulso) que tenha se aposentado por idade aos 60 anos, se homem, ou 55 anos, se mulher
- Os demais aposentados, desde que empregados ou trabalhadores avulsos, quando completarem 65 anos (homem) ou 60 anos (mulher).

3.4.2 Descontos

3.4.2.1 Eventuais Faltas

³ Fonte :www.guiatrabalhista.com.br Acessado em 23 de março 2013 as 22:45.

As faltas não justificadas por lei não dão direito a salários e demais consequências legais, e podem resultar em falta leve ou grave, conforme as circunstâncias ou repetição; mas podem ter justificativa imperiosa que, se seriamente considerada, vedará a punição. É o caso de doença grave em pessoa da família, amigo íntimo, ou outra hipótese de força maior.

3.4.2.2 Descanso Semanal Remunerado

⁴O empregado perde a remuneração do dia de repouso quando não tiver cumprido integralmente a jornada de trabalho da semana, salvo se as faltas forem consideradas justificadas.

Se na semana em que houve a falta injustificada, ocorrer feriado, este perderá o direito à remuneração do dia respectivo.

3.4.3 Encargos

3.4.3.1 FGTS

⁵O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado na década de 60 para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Sendo assim, no início de cada mês, os empregadores depositam, em contas abertas na CAIXA, em nome dos seus empregados e vinculadas ao contrato de trabalho, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário.

3.4.3.2 INSS

⁶O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é o caixa da Previdência Social, responsável pelos pagamentos das aposentadorias e demais benefícios dos trabalhadores brasileiros com exceção dos servidores públicos.

Além da aposentadoria por tempo de contribuição, a Previdência Social garante aposentadoria por idade e invalidez; pensão por morte; auxílios doença, acidente e doença por acidente de trabalho; salário-maternidade e família, reabilitação profissional e 13º salário.

⁴ Fonte: www.guiatrabalhista.com.br Acessado em : 23 de março 21:12.

⁵ Fonte: www1.caixa.gov.br Acessado em : 23 de março de 2013 21:30.

⁶ Fonte: www1.folha.uol.com.br Acessado em 24 de março de 2013 10:30

A principal vantagem da contribuição para o INSS é garantir o recebimento de um benefício mensal durante a aposentadoria. Outra vantagem é que o trabalhador que contribui para a Previdência tem direito de receber auxílio-doença em caso de afastamento do serviço por motivo de saúde.

A contribuição é tanto do empregado quanto do empregador. Segurados empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos.

**TABELA 01 - CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS EMPREGADO E
EMPREGADOS DOMESTICOS E TRABALHADOR AVULSO APARTID DE 1º
JANEIRO 2013**

TABELA VIGENTE	
Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Janeiro de 2013.	
Salário-de-contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
Até 1.247,70	8,00
De 1.247,71 até 2.079,50	9,00
De 2.079,51 até 4.159,00	11,00
Fonte: <u>Portaria Interministerial MPS/MF nº 15, de 10 de janeiro de 2013</u>	

Fonte: www1.folha.uol.com.br

3.5 Contribuição Sindical

3.5 1 Obrigatoriedade

⁷Ninguém é obrigado a filiar-se a sindicato, mas todas pertencem a uma categoria, tanto que são obrigadas a contribuir anualmente, em virtude disso fazem jus a todos os direitos dispostos na convenção coletiva, inclusive o dissídio. Algumas pessoas utilizam-se da terminologia "imposto sindical" para referir-se a esta obrigatoriedade.

⁷ Fonte: www.guiatrabalhista.com.br Acessado em: 24 de março 2013 12:15.

3.5.2 Contribuição dos Empregados

⁸A Contribuição Sindical dos empregados será recolhida de uma só vez e corresponderá à remuneração de um dia de trabalho, qualquer que seja a forma de pagamento.

O desconto da contribuição sindical corresponde a um dia normal de trabalho, ou seja, vai ser composta da remuneração que corresponda à jornada diária normal do empregado.

3.5.3 Desconto

⁹Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados, relativa ao mês de março de cada ano, a Contribuição Sindical por estes devida aos respectivos sindicatos.

⁸ Fonte : Portal www.cenofisco.com.br Acessado em 24 de março 2013 as 13:15.

⁹ Fonte : Portal www.cenofisco.com.br Acessado em 24 de março 2013 as 13:20.

4- ATIVIDADE DE ESTÁGIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, foi realizado o estudo de caso para o relatório científico, com o intuito de atender a problemática do estudo e alcançar seus objetivos propostos.

A seguir será abordada a atividade do estágio, o histórico da empresa, a demonstração da folha de pagamento da mesma e exposição dos objetivos.

4.1 Atividade de Estágio e Análise dos Resultados

O estágio foi realizado no Departamento de Pessoal do escritório Paulo Filho Contabilidade, localizado no Centro da Capital Sergipana durante o período de 01 de Março de 2013 a 25 de Abril de 2013, com duração de duas horas diárias de segunda a sexta-feira, totalizando 80 horas, onde foi realizado como atividade principal a análise e processamento da folha de pagamento da empresa escolhida. Foi supervisionado pelo Contador Paulo Roberto Ezequiel de Mendonça Filho, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº. 006397.

4.2 Levantamento de Dados

Com intuito de elaborar o controle dos tributos, mostraremos um demonstrativo da folha de pagamento e seus encargos sociais dos últimos 3(três) meses.

FIGURA 01 - Demonstrativo da Folha de Pagamento

Mês	Salários	Pró-labore	INSS empresa	FGTS	Total
Março	12044,00	1500,00	4732,19	963,52	5695,71
Abril	12044,00	1500,00	4732,19	963,52	5695,71
Maio	12044,00	1500,00	4732,19	963,52	5695,71
TOTAL	36132,00	4500,00	14196,57	2890,56	17087,13

Fonte: Adaptada SANTOS, Josefa Elizângela de Jesus, acadêmico 8º período de Ciências Contábeis – Fama, 2013.1.

Os valores do INSS foram calculado sobre o percentual de 36,80% (trinta e seis vírgula oitenta por cento), sendo 20%(vinte por cento) da empresa, mais 8%(oito por cento) de Segurados, mais 3% (três por cento) de RAT(Riscos Acidentais de Trabalho), mais 5,80%(cinco vírgula oitenta por cento), conforme referida Lei. Já o pró-labore aplica-se um percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor recebido.

Os valores do FGTS foram calculados sobre o percentual de 8% sobre o montante dos salários conforme foi citado no item 3.4.3 desse estudo.

Como podemos observar na coluna total se concentra a soma dos impostos federais sobre a folha de pagamento, ou seja, FGTS e INSS, totalizando o valor de R\$ 17.087,13 (Dezessete mil, oitenta e sete reais e treze centavos).

4.3 Realização dos Objetivos

4.3.1 Apresentar um conceito de empregador, empregado e remuneração.

Empregador - é aquele que contrata o trabalhador aos seus serviços de forma remunerada, e tendo em contrapartida deste a prestação de trabalho.

Empregado - é a pessoa contratada para prestar serviços para um empregador, numa carga horária definida, mediante salário. O serviço necessariamente tem de ser subordinado, qual seja, o empregado não tem autonomia para escolher a maneira como realizará o trabalho, estando sujeito às determinações do empregador. No Brasil, o conceito de empregado encontra-se previsto no art. 3.º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Remuneração – é a contraprestação devida ao empregado pela prestação de serviços, em decorrência do contrato de trabalho.

4.3.2 Caracterizar Encargos Sociais

Conforme foi citado na página nº 17, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado na década de 60 para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Sendo assim, no início de cada mês, os empregadores depositam, em contas abertas na CAIXA, em nome dos seus empregados e vinculadas ao contrato de trabalho, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário.

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é o caixa da Previdência Social, responsável pelos pagamentos das aposentadorias e demais benefícios dos trabalhadores brasileiros com exceção dos servidores públicos.

Além da aposentadoria por tempo de contribuição, a Previdência Social garante aposentadoria por idade e invalidez; pensão por morte; auxílios doença, acidente e doença por acidente de trabalho; salário-maternidade e família, reabilitação profissional e 13º salário.

A principal vantagem da contribuição para o INSS é garantir o recebimento de um benefício mensal durante a aposentadoria. Outra vantagem é que o trabalhador que contribui para a Previdência tem direito de receber auxílio-doença em caso de afastamento do serviço por motivo de saúde.

A contribuição é tanto do empregado quanto do empregador.

4.3.3 Diferenciar os encargos sociais das verbas que fazem a integração da folha de pagamento

As verbas salariais de uma folha de pagamento é composto por verbas de vencimentos ou proventos, verbas de descontos e verbas que compõem a base de cálculo para apuração de encargos sociais.

Uma verba salarial considerada provento, como o salário base, por exemplo, pode gerar incidência sobre verbas como INSS, IRRF, FGTS, adicional de insalubridade, salário família, vale transporte, pensão alimentícia, adicional noturno, adicional de periculosidade, provisão de férias e 13º salário, entre outras dentre as quais o salário base faz incidência para sua apuração.

Por outro lado, uma verba salarial considerada desconto, como faltas, por exemplo, pode gerar também a incidência sobre verbas como INSS, FGTS, IRRF e pensão alimentícia. Isto porque a incidência de faltas para apuração de outras verbas é bem menor do que o salário base ou as horas extras, que acabam refletindo no cálculo de um número elevado de outras verbas.

Daí a importância de conhecer a legislação para uma adequado cálculo, já que o valor descontado de faltas do empregado deve ser abatido da base de cálculo para apuração do INSS ou do FGTS, pois faltas representa ausência ao trabalho. Se o empregado não trabalhou, não há que se falar em desconto de INSS e tampouco o empregador deverá contribuir sobre tal valor.

As mudanças na legislação como a incidência de INSS sobre o aviso prévio indenizado, a não incidência de IRF sobre férias indenizadas entre outras, devem ser observadas para que os parâmetros destas verbas sejam alterados, de modo que a partir da alteração da legislação, o sistema passe a considerar ou não aquela verba para determinado tipo de desconto/contribuição.

Para se detectar tais divergências o resumo de uma folha de pagamento pode ser um meio prático e seguro, pois nele estará listado o valor total de cada verba. Se

as faltas não estiverem parametrizadas para incidir na apuração do cálculo do INSS, por exemplo, pelo resumo da folha de pagamento poderá se detectar esta falha, pois no valor da base de cálculo do INSS apresentada no resumo não estará sendo abatido o valor das faltas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encargos sociais vêm a cada dia contribuindo para beneficiar os empregados, no entanto, as empresas continuam com receio de contratar por conta do alto custo dos encargos.

Esta sistemática acarreta para a maioria dos empresários uma elevação nos custos com empregados na empresa, dessa forma venho através deste estudo frisar a importância de ter um funcionário de forma legal assim, evita-se que ao demití-lo ele vá ao Ministério do Trabalho procurar os seus direitos e até abrir processo judicial contra a própria empresa.

Primeiramente foi feito no decorrer do trabalho, todo um estudo através de conceitos relacionados ao tema, principalmente a legislação pertinente, onde foram evidenciados na fundamentação teórica. Adiante vimos o histórico da empresa e efetuamos os cálculos dos encargos sobre a folha de pagamento.

Com a realização desse estudo chegou-se a conclusão que a empresa que não contribui com o FGTS é obrigada a contribuir com juros e correção monetária mediante a verificação que a mesma não foi paga, e perante o INSS a empresa será processada por apropriação indébita, pois descontou do empregado e não contribuiu.

Foi possível aprimorar e aprofundar meus conhecimentos na área de Departamento de Pessoal e principalmente contribuir com informações necessárias para o bom andamento e desenvolvimento da empresa.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997, 407 p.
contabilidade. 9. São Paulo: Atlas, 1972.

HERMAN JR., Frederico. Contabilidade superior: teoria econômica da contabilidade.
9. São Paulo: Atlas, 1972. 345 p.

MARION, José Carlos, Contabilidade Básica, 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 17. ed.rev.atual.São
Paulo: LTr, 2001.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 27.
ed.rev.atual.São Paulo: LTr, 2001.

SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A. 2002.